

Dinâmicas territoriais e a gestão de ilegalismos: o papel do OSPNIt na produção institucional de dados em Niterói

Luciano dos Santos Avelar (Observatório de Segurança Pública de Niterói)

Fabio Soares Queiroz (Observatório de Segurança Pública de Niterói)

Felipe da Costa Brito (Observatório de Segurança Pública de Niterói)

Resumo

A compreensão da violência urbana exige abordagens que ultrapassem a análise tradicional centrada em indicadores criminais formais, incorporando as dinâmicas territoriais e os mecanismos de regulação social que estruturam o uso do espaço urbano. Nesse sentido, Luiz Eduardo Soares destaca que a segurança pública deve ser compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional, que demanda políticas integradas e baseadas em diagnóstico qualificado. Nesse contexto, o conceito de ilegalismos, desenvolvido por Michel Foucault e aprofundado por Michel Misse, permite compreender o crime não como uma anomalia isolada, mas como parte de um campo mais amplo de práticas reguladas diferencialmente pelo Estado (FOUCAULT, 2014; MISSE, 2006).

O presente trabalho analisa a atuação do Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNIt) e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) na produção de evidências sobre ilegalismos e sua relação com o controle territorial. A pesquisa baseia-se na integração de diferentes fontes de dados administrativos, incluindo registros da Polícia Civil, da Guarda Municipal, do CISP Niterói e do Disque Denúncia, com o objetivo de identificar padrões espaciais da violência e dinâmicas territoriais associadas a práticas formais e informais, legais e ilegais.

A partir do uso de ferramentas de geoprocessamento, o Observatório produz diagnósticos territoriais que evidenciam a existência de padrões diferenciados de ocorrência de ilegalismos no espaço urbano. Esses padrões revelam desigualdades no uso do território, bem como a coexistência de múltiplas formas de regulação social, que envolvem tanto a atuação do Estado quanto práticas informais e, em alguns contextos, a presença de grupos armados.

Alinhado à perspectiva de Leticia Giannella, o trabalho interpreta a produção de dados como um “ato de nomear”, por meio do qual registros dispersos são transformados em evidências institucionais (GIANNELLA; SOARES; FRANCO, 2024).

Nesse sentido, a produção de indicadores assume papel central na mediação entre informação e decisão pública, em consonância com a perspectiva de Paulo Jannuzzi (2017). Ao transformar ocorrências em indicadores técnicos, o OSPNIt atua como uma burocracia produtora de realidade, influenciando a forma como o território é compreendido, classificado e governado.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota abordagem exploratória, combinando análise de dados administrativos com técnicas de georreferenciamento e análise espacial. A construção de bases integradas de dados permite identificar padrões de concentração e dispersão de diferentes tipos de ilegalismos.

Os resultados indicam que a sistematização de dados não apenas descreve a violência urbana, mas participa ativamente da configuração de estratégias de intervenção no território. A atuação do poder público sobre determinadas atividades econômicas — como a fiscalização de distribuidoras informais de gás e estabelecimentos de reciclagem (ferros velhos) — pode incidir diretamente sobre fluxos financeiros que, em determinados cenários, estão associados a formas de controle territorial, inclusive em contextos marcados pela presença de grupos armados.

O trabalho contribui para o campo da segurança pública ao demonstrar que os dados produzidos pelo observatório não se limitam à descrição da realidade, mas constituem um elemento ativo na configuração de dinâmicas de controle territorial.

Por fim, o estudo evidencia como a produção de dados integra as dinâmicas de poder e controle territorial no nível local.

Palavras-chave: Ilegalismos; Controle territorial; Segurança pública; Produção de dados; Governança.

Referências

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIANNELLA, Leticia C.; SOARES, J. S.; FRANCO, C. O. O poder do ato de nomear: o compromisso do IBGE diante das favelas e comunidades urbanas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 11, e04232024, 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, p. 91–106, 2006.